

EDITORIAL

Jordan Rodrigues dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
jordanacademicos@gmail.com | orcid.org/0000-0001-6366-0098

Bruno Miranda Neves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
bmirandaneves@yahoo.com.br | orcid.org/0000-0003-2405-9149

Gaudêncio Frigotto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
gaudenciofrigotto02@gmail.com | orcid.org/0000-0002-2023-5654

É com grande satisfação que trazemos a público mais uma edição da Revista Desenvolvimento e Civilização (RD & C), do Programa Desenvolvimento e Educação - Theotônio dos Santos (ProDEd-TS), do IFHT, CEH e CCS da UERJ. Um número que aborda a temática do Novo Ensino Médio (NEM) e o empresariamento da educação, e como a sua implementação está repercutindo nos estados do Brasil e suas redes de ensino.

Destacamos que o processo de empresariamento mercantil da educação pública avançou no cenário social, político e econômico, marcado pelo avanço de correntes liberal-conservadoras. Correntes estas que pautaram a atual contrarreforma do Ensino Médio, materializada na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

E D I T O R I A L



(BRASIL, 2018). Mudanças que renovam os laços com a estrutura de capitalismo dependente e modernização conservadora em nosso país.

Desse processo decorrem impactos negativos de várias ordens. Realiza-se o esvaziamento curricular mediante a redução de disciplinas obrigatórias na educação básica de nível médio, sendo as disciplinas das ciências sociais e humanas reduzidas a áreas de conhecimentos e, do mesmo modo, ocorre a diluição dos conteúdos através da institucionalização dos itinerários formativos propostos pela BNCC. Essa reforma é parte de uma estratégia de ação do empresariado da educação e das fundações educacionais privadas para ratificar a sua hegemonia, fortalecendo a ideologia do capital social, aprofundando a lógica produtivista na educação escolar pública, encontrando eco na tradição positivista fortalecida pelo quadro social e político brasileiro, marcado pela acomodação e conciliação de forças entre as oligarquias tradicionais e a burguesia (Motta e Frigotto, 2017).

Para tanto, é fundamental ampliar a compreensão dos mecanismos e ações promovidas pelo empresariado da educação, pelas fundações educacionais privadas e pelos organismos internacionais, em conjunto com o Estado, no processo de conformar um projeto de educação e de sociedade adaptado às condições de superexploração da força de trabalho e do sequestro dos conhecimentos fundamentais para a formação de cidadãos críticos e desenvolvidos unilateralmente.

Esta nova edição também possui como motivação uma série de questões observadas em relação ao trabalho docente, sobretudo nas ciências humanas, cuja recorrência em tratar o pedagógico como técnica ou procedimentos (presumindo, equivocadamente, que basta o domínio abstrato dos conteúdos de uma dada disciplina para que se tenha uma atuação positiva no contexto escolar). Uma visão, portanto, reducionista das dimensões sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais nas quais o professor atua e, assim, precarizando e esvaziando, cada vez mais, a dupla e inseparável função docente — de ensinar e de educar —, como sublinha o

grande defensor da educação pública Florestan Fernandes (2020). Ensinar, que é para ele, sobretudo, despertar nos jovens a curiosidade científica de buscar o que está subjacente aos fatos e fenômenos humanos e da natureza. Educar, função do docente como educador, explicitando as questões que afetam a atual e as futuras gerações.

Essas questões ganharam maior força e motivação para este novo número da RD & C a partir de dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas ou em elaboração pelos membros do ProDEd-TS/UERJ e que se somaram às problemáticas das políticas públicas para a educação nacional, a partir da contrarreforma do ensino médio e da BNCC.

Trata-se, assim, de promover a ampliação dos debates sobre as consequências no desenvolvimento humano-social e da hegemonia das concepções mercantis na educação pública, com o intuito de subsidiar políticas públicas para a educação comprometidas com a formação de cidadãos em todas as suas dimensões. Inicialmente, apresentamos um conjunto de originais que versam sobre aspectos históricos, filosóficos e conceituais sobre a problemática em discussão.

No artigo “Plano Nacional de Educação: disputas sobre a relação Trabalho-Educação no Ensino Médio”, sua autora destaca as disputas em torno da relação trabalho-educação no NEM, na sua revisão realizada em 2024 e no Plano Nacional de Educação (PNE), como elas repercutem nas políticas públicas para a educação. Destacando que a mobilização social e dos movimentos sociais é fundamental para a defesa e garantia de uma educação pública de formação omnilateral.

O original “Novo Ensino Médio no Brasil: o que adotar, negar e resistir?” analisa o NEM, seus fundamentos e fins a partir do materialismo histórico-dialético e da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), compreendendo as tendências pedagógicas que orientam o NEM e reverberam na concepção do trabalho docente, currículo e do projeto societário que se tem em vista fomentar.

O escrito “O Novo Ensino Médio e as ‘desventuras em série’ da Educação Empresarial brasileira” traz elementos importantes para compreender como o NEM enseja um projeto societário comum às políticas educacionais anteriores, mas que não se repete, não é continuação do passado, ressignifica-se em seus valores e traços históricos, e que evidenciam a necessidade de revogação completa dessa política educacional.

A publicação “O novo Ensino Médio e o gerencialismo na educação: racionalidade técnica versus formação crítica” abarca a problemática que o NEM acarreta em termos de implementação da racionalidade técnica, produtivista e gerencial, em detrimento de uma formação crítica, impactando negativamente na formação de sujeitos, convertendo a escola num espaço adestrador.

No escrito “A precarização do trabalho e da formação docente: a farsa e a tragédia da formação humana”, é ressaltado como o discurso de qualidade, direcionado às atuais reformas da formação docente, escamoteia o processo de precarização, de rebaixamento da qualidade da formação, bem como da identidade docente, dados que corroboram as adjetivações desse processo como “farsa” e “tragédia”.

No trabalho “Reformas do Ensino Médio: da pedagogia das competências à lógica empreendedora no mundo do trabalho”, há reflexões sobre como a reforma implementada pelo NEM incorre num processo de institucionalização da lógica empresarial nas políticas públicas para a educação, através da pedagogia das competências e do empreendedorismo. Em “(Re)forma da educação: formação crítica em risco”, é feita análise de como a BNCC impactou na lógica curricular do Novo Ensino Médio, formulada em termos de áreas de conhecimento que subsumiram componentes curriculares tradicionais. Assinala-se que, mesmo com a ampliação da carga horária promovida pela BNCC e pelo NEM, isso não significou uma melhora na qualidade desta etapa, não reduziu a desigualdade escolar e nem promoveu um modelo de educação integral.

O artigo “O Relatório Jacques Delors e a recepção das Competências Socioemocionais na Escola” apresenta importantes apontamentos acerca da inserção das competências socioemocionais a partir da BNCC, situando que a referida inserção é parte de um processo anterior — retomado na década de 1990. Deste modo, o autor relaciona e busca conexões entre o relatório supracitado e suas determinações sobre o currículo e a presença das competências socioemocionais, refletindo o atendimento das demandas empresariais nas políticas públicas para a educação.

O escrito “Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): as competências socioemocionais e sua relação com o Novo Ensino Médio” discute o relatório da OCDE “Competências para o Progresso Social: o poder das competências socioemocionais” e o seu papel na inserção das competências socioemocionais nas políticas educacionais no Brasil, sobretudo através da BNCC e do NEM.

Na sequência, elencamos 02 estudos que tratam de aspectos relacionados à legislação educacional. A começar por “Debates e embates em torno do Novo Ensino Médio no governo Lula 3 (2024-2025)”, que se debruça sobre os trâmites das propostas nas casas legislativas e no Governo Federal, para em seguida investigar sua repercussão e suas representações na sociedade civil, apontando que as emendas aprovadas não foram suficientes para sanar os problemas e limitações históricas da educação básica brasileira.

Sob o título “Entre avanços e retrocessos: uma análise das reformas educacionais na Rede Federal de EPT (1995-2019) a partir da produção acadêmica”, apresenta-se uma abordagem das reformas educacionais que ocorreram na Rede Federal, mostrando como, em diferentes períodos, marcados por diferentes correlações de forças e conjunturas políticas, a referida rede foi atravessada por diferentes lógicas e objetivos de formação educacional escolar, destacando como a Reforma do Ensino Médio representa um risco à identidade institucional da Rede Federal na oferta de

uma formação escolar de formação integral, humana e integrada, elemento que caracteriza a sua identidade institucional e resistência a esse processo.

Enquanto editores do presente dossiê, passamos a discorrer sobre os manuscritos que versam sobre a implementação do NEM e da BNCC em contextos de redes estaduais.

O artigo intitulado “A implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Santa Catarina” analisa a implementação do NEM nas três maiores escolas do município de Criciúma, a partir de uma abordagem qualitativa, elenca as implicações ocasionadas e observa que ocorreu a diminuição da carga horária de disciplinas da formação geral básica. Também assevera que a rede não dispõe de condições estruturais e pedagógicas que propiciem a realização de um bom trabalho pelo corpo docente.

O texto “A escola sob lógicas de mercado: Empresariamento da Educação e os impactos sobre os Saberes Docentes na Rede Pública Paulista” estuda o processo de empresariamento da educação no Estado de São Paulo e os programas instituídos na rede com esse fim, considerando desdobramentos negativos na identidade, na profissão e na autonomia docentes, dificultando uma formação educacional escolar democrática e crítica.

No original “O trabalho educativo em tempos de pandemia: precarização da docência e a tendência de desvalorização do sistema público de ensino em Goiás”, são abordadas práticas educativas que foram implementadas durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, problematizando como a manutenção dessas práticas no pós-pandemia vai de encontro com a natureza da educação.

No artigo “Gigante com pés de barro: 100 novos campi — política de expansão ou de multiplicação de problemas?”, a autora destaca como a expansão da Rede Federal acaba por se tornar frágil ao ignorar diagnósticos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontam problemas

estruturais da rede, dados que não coincidem com a perspectiva de promoção de uma educação de qualidade.

O texto “A plataformização da Rede Paulista como projeto privatista” analisa o projeto “Novas Escolas”, fruto de uma parceria público-privada que se materializa a partir da plataformização da educação paulista que, ainda que não tenha relação direta com o processo de privatização da rede, contribui para a compreensão desse projeto e de suas estratégias de implementação.

O artigo “Impactos da reforma do Ensino Médio na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo de caso do Campus São Carlos do IFSC” trata das dificuldades e dos impactos decorrentes da Reforma nos cursos técnicos integrados de Agropecuária e Edificações, gerando tensões institucionais, considerando a postura institucional de valorização de uma formação integral aos seus estudantes.

O texto “A reforma do Ensino Médio, o trabalho e a captura do futuro pela lógica do mercado” realiza um estudo pelo qual analisa como a Reforma do Ensino Médio enquadrou a educação escolar às necessidades do mercado, a partir da lógica neoliberal. Neste sentido, os autores observam o caso baiano a partir do Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio, concluindo que o NEM contribui para uma sociabilidade segundo o modo de produção capitalista, adequando a subjetividade dos jovens a uma realidade de trabalho precarizado.

O original “A implementação do ‘Novo’ Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro: experiência política e pedagógica de duas escolas públicas da rede estadual no município de Duque de Caxias” faz uma análise na qual aborda como se deu a implementação do “Novo” Ensino Médio, entendendo que se deu de forma aligeirada, sem o devido debate e diálogo, fragilizando a organização do “novo” currículo e aumentando as desigualdades escolares.

O artigo “O empresariamento da educação brasileira e os impactos na organização do sistema municipal de educação em Campos dos Goytacazes - RJ entre 2017 e 2024” aborda como a BNCC e o Novo Ensino

Médio repercutiram nos documentos educacionais do sistema educacional daquele município fluminense.

Em “O itinerário formativo: o processo de escolha e implementação no Estado de Santa Catarina”, se apresenta como objetivo analisar como se deu o processo de escolha de itinerários formativos e componentes curriculares, assim como sua implementação, entendendo que não se deu de forma positiva e em conformidade com os objetivos da BNCC.

Os dois últimos originais tiveram como ênfase as dimensões curriculares da contrarreforma. No trabalho “Os itinerários formativos no Novo Ensino Médio: entre a inovação curricular e os limites da formação docente em língua portuguesa”, destaca-se que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio representam um avanço em termos de flexibilidade curricular e de aproximação entre escola e território. Contudo, carece de políticas de formação continuada aos docentes — destacando os de língua portuguesa —, de modo que sejam tomados como sujeitos ativos do currículo, dando-lhes condições de atuar ativa e criticamente na formação dos educandos.

A última contribuição — “Ciências Humanas e Sociais no currículo escolar: a universalização do ensino de sociologia é uma realidade?” — examinou os impactos ocasionados sobre a disciplina de sociologia com a implementação do Novo Ensino Médio, incorrendo na sua gradativa retirada do currículo escolar, resultando em graves perdas formativas, além de subordinar a educação aos interesses e à lógica do mercado.

Os editores convidam os interessados a se registrarem em nosso portal e links como leitores e/ou autores e/ou avaliadores. O convite se estende à submissão de novos originais, com prioridade para aqueles que versem sobre “Implicações sociais e educativas das tecnologias”, que nomeia o nosso próximo dossiê temático a ser publicado ainda no corrente ano.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Lei no 13.415. Brasília, 2017.

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo, Expressão Popular, 2020.